**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE QUALQUER UMA DAS VARAS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS**

PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO DO CONSUMIDOR. NAO REPASSE DAS REDUÇÕES DE PREÇOS AOS CONSUMIDORES, CONFORME ANUNCIOS FEITOS PELA PETROBRAS. ALINHAMENTO DE PREÇOS. AUMENTO E MANUTENÇÃO DE PREÇOS SEM JUSTA CAUSA. DANO SOCIAL E COLETIVO.

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS**, por seu Presidente e membros, representado por advogado que a esta subscreve (procuração anexa), todos no uso de suas atribuições legais, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 1º, II, da Lei nº 7.347/1985, e arts. 81/82 do Código de Defesa do Consumidor, propor a presente, com fulcro nos art. 173, § 4º da CF/88; art. 39, inciso V e X do CDC; e art. 187 e 927 do CC/2002 e demais dispositivos aplicáveis, propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE CONSUMO EPEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**

em face de:

1- **DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS - ATEM’S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA**., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.987.364/0001-03, com sede na Rua Pajurá, nº 103, Vila Buriti, Manaus/AM; **DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA**., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.128.979/0001-76, com sede na Rua Pajurá, nº 895, Vila Buriti, Manaus/AM; **PETRÓLEO SABBÁ S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.169.215/0001-91, com sede na Rua Rio Quixito, nº 02, Sala 03, Vila Buriti, Manaus/AM; **RZD DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS PETRÓLEO LTDA**., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.056.321/0001-82, com sede na Av. Timbiras, nº 1813, Sala 01, Etapa II Núcleo 1, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **PETRO AMAZON PETRÓLEO DA AMAZÔNIA LTDA**., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.634.682/0001-84, com sede na Av. Rodrigo Otávio, nº 5074, Sala 03, Bairro: Japiim, Manaus/AM; **IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA**., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.337.122/0044-67, com sede na Rua Pajurá, n.º 01, Vila Buriti, Manaus/AM;

2- **DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS**: **SINDICOMBUSTÍVEIS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.489.682/0001-60, com sede na Rua Rio Içá, n.º 26, Vieiralves, Bairro: Nossa Senhora das Graças, CEP: 69.053-100, Manaus/AM, **M.D.N. COMBUSTÍVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Emílio Moreira, 1209, Pç 14; **JATOLUX COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Emílio Moreira, 1669, Pç14; **AUTO POSTO OZIVAL**, pessoa jurídica de direito privado, c8om sede na Rua Emílio Moreira, 1769, Pç 14; **RECOPEL REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Djalma Batista, 5235, Parque 10; **VDL POSTO DE DERIVADOS DE PERÓLEO LTDA** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Est. Torquato Tapajós, s/n, KM 03, Flores; **CONTERP LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Constantino Nery, 2691, Chapada; **AUTO POSTO UNIÃO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Tefé, 2165, Raiz; **AUTO POSTO UNIÃO VIII,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Tefé, 78, Raiz; **AUTO POSTO AMAZON,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Tefé, 500, Japiim;**CATARINA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Tefé, 3582, Japiim; **DAT COM. DE DERIVADOS DE PET. LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Jornalista Humberto Cald, Filho, 1800, Adrianópolis; **SP POSTO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Jornalista Humberto Cald, Filho, 1712, Adrianópolis; **AMAZON COM. PARA VEÍCULOS E CONST.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Grande Otelo, n.º 1902, Parque Dez; **PETROVAN DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Governador José Lindoso, n.º 311, Parque Dez; **FORMOSA COM. DE COMBUSTÍVEIS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Nathan Xavier de Albuquerque N.Aleixo; **AMAZON COMBUSTÍVEIS P/ VEÍCULOS E CONST. LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Cosme Ferreira, 1827, São José Operário; **VDL POSTO DE DERIV. DO PETR. LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Estrada do Aleixo, S/N, KM 5, Aleixo; **ITA LUCAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Cosme Ferreira, 357, Aleixo; **MANAUS COMÉRCIO DE DERIVADOS 1,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. André Araújo, n.º 2893, Aleixo; **AMAZON COMBUSTÍVEIS P/ VEÍCULOS E CONST. LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. André Araújo, 763, Aleixo; **FF COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA ME,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Camapua, 190 Lt. A. C. 8-b, Cidade Nova; **PODIUM COMERCIO DE PNEUS AUTO CENTER LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Djalma Batista, 535, São Geraldo; **COMERCIAL SAO FRANCISCO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Autaz Mirim, 9155, Novo Aleixo; **COMSERVICO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. AutazMirin N-1029, S/n, Cidade de Deus**; COMSERVICO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Grande Circular, 101 Lote 101-com.alian.c/deus, Cidade Nova; **J L L LINHARES & CIA LTDA – ME,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Villena, 125 Cj. Beija Flor Ii, Flores; **D L DE SOUZA & CIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Noel Nutels, 1000, Cidade Nova; **POSTO MANAUTO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Constantino Nery, 2854, Chapada;**AUTO POSTO BRASIL LIMITADA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brasil, 2956, Compensa;**TRANSDIESEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Camapua, 778, Novo Aleixo; **VITORIA REGIA COMERCIO DE PETROLEO LTDA – ME,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Constantino Nery, 2691, Chapada; **AMAZON COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Padre Agostinho Caballero Martin, 1507, Compensa; **AMAZON COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Max Teixeira, 1272, Flores; **NAVERIO NAVEGACAO DO RIO AMAZONAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Alvaro Botelho Maia, 05, Presidente Vargas; **SUBEL AUTO POSTO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brasil, 198, Compensa; **E T COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA – ME,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Nathan Xavier de Albuquerque, 2167, Novo Aleixo; **COMERCIAL N S DO PERPETUO SOCORRO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Autaz Mirim, 8346, Tancredo Neves; **COPEVE COMERCIO DE PETROLEO E SERVICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Cosme Ferreira, 5131, São José Operário; **SUBEL AUTO POSTO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brasil, 91, Santo Antonio; **DENYS ANTONIO ABDALA TUMA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Max Teixeira, S/n Lote 01, Cidade Nova V; **ARENA PETROLEO REVENDA DE COMBUSTIVEIS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Constantino Nery, 4536, Flores; **AMAZON COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Torquato Tapajos, 53, Flores; **POSTO TOCANTINS LTDA – EPP,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Theomario Pinto da Costa, 5045, Chapada; **NAVERIO NAVEGACAO DO RIO AMAZONAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brasil, 90, Santo Antonio; **NAVERIO NAVEGACAO DO RIO AMAZONAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua São Raimundo, 15, Santo Antônio; **INTERLAGOS DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Câmara, 17 Qd. 428, Conjunto Cidade Nova Iv-etapa 4-nucl, Cidade Nova; **E T COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA – ME,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Arq. Jose Henriques Bento Rodrigues, 2499, Santa Etelvina; **MANAUS COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Professor Nilton Lins, 2653, Flores; **MANAUS COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Coronel Cyrillo Neves, 613, Santo Agostinho; **COTRAR COMERCIO TRANSPORTES E REPRESENTACOES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida da Compensa, 473, Compensa; **PETROMAY DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, com sede naAv enida Djalma Batista, 4360, Flores;**I B K COMERCIO E SERVICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede naAvenida Max Teixeira, 4000 Conj. Cidade Nova I, Cidade Nova; **DAT COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Itaete, Amazonino Mendes, 46, Cidade Nova; **AMAZON COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**,pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Constantino Nery, 1016, São Geraldo; POSTO RIO XXV, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.477.215/0025-65, com sede na R. Maceió, n.º 446, Bairro: Adrianópolis, CEP: 69.057-010, Manaus/AM; **POSTO CASTELINHO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.811.052/0001-07 com sede na R. São Luiz, 80, Bairro: Adrianópolis, CEP: 69.090-002, Manaus/AM; **MUCURIPE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA** (**POSTO MACEIÓ)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.110.394/0005-54, com sede na Rua Maceió, Esquina com a Rua São Luiz, S/N, Bairro: Adrianópolis, CEP: 69.057-010, Manaus/AM; **DAT COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA** (**POSTO PARAÍBA)**,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.647.520/0006-68, com sede na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, n.º 1800, Bairro: Adrianópolis, CEP: 69.057-015, Manaus/AM; **POSTO RIO XXV**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.477.215/0025-65, com sede na Rua Maceió, 446 CEP: 69.057-010 Bairro: Adrianópolis, Manaus/AM; **POSTO CASTELINHO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.811.052/0001-07, com sede na Rua. São Luiz, n.º 80, CEP: 69.090-002, Bairro: Adrianópolis, Manaus/AM; **POSTO MACEIÓ,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.110.394/0005-54, com sede na Rua Maceió, s/n, CEP: 69.057-010, Bairro:Adrianópolis, Manaus/AM; **POSTO PARAÍBA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.647.520/0006-68, com sede naAv. Humberto Caldeiraro Filho, 1.800, CEP: 69.057-015, Bairro: Adrianópolis, Manaus/AM; **POSTO BOULEVARD,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.690.371/0001-10, com sede na Av. Mario Ipiranga, 22, Bairro: Adrianópolis, Manaus/AM; **POSTO FÉ COMBUSTÍVEL,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º ,com sede na Av.Gov. José Lindoso, 3.588, Bairro:Águas Claras; **AUTO PRETROVAN,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na Av. Gov. José Lindoso, Bairro Águas Claras, Manaus/AM; **POSTO ALEIXO II,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º03.987.364/0001-03, com sede na Av. André Araújo, 763, CEP: 69.083-000, Bairro:Aleixo, Manaus/AM; **POSTO ECOPOSTOITA LUCAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º01.682.336/0001-44, com sede na Av.Cosme Ferreira, 357, Bairro: Aleixo, Manaus/AM; **POSTO MORADA DO SOL,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.505.231/0003-14, com sede na Av.André Araújo, 2893, CEP: 69.060-000, Bairro: Aleixo, Manaus/AM; **POSTO V8,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º84.458.413/0001-04, com sede na Av.Efigênio Sales, 2.600, CEP: 69.060-020, Bairro: Aleixo, Manaus/AM; **POSTO BELO HORIZONTE,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.220.251/0003-67, com sede na Rua Belo Horizonte, 1086, Bairro: Aleixo, Manaus/AM; **AUTO POSTO NETÃO 3**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.380.051/0001-84, com sede na Rua Coronel Taborda de Miranda (Núcleo 3), CEP: 69094-270, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **POSTO FÉ COMBUSTÍVEL,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.219.844/0001-30, com sede na Rua Desembargador João Machado, 395, CEP: 69.042-320, Bairro: Alvorada, Manaus/AM; **POSTO EQUADOR ALVORADA;** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na Rua Prof. Abílio Alencar, 1213, Bairro: Alvorada, Manaus/AM; **POSTO DENYS A. ABDALA TUMA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.659.879/0001-78, com sede na Av. Torquato Tapajós, 2291, Bairro: Da Paz, Manaus/AM; **POSTO SANTO DUMONT,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.292.914/0001-27, com sede na Av. Torquato Tapajós, 5580, Bairro: Da Paz, Manaus/AM; **POSTO BETHÂNIA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.511.170/0001-52, com sede na Av. Alberto Vale, 39, Bairro: Betânia, Manaus/AM; **AUTO POSTO NB,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.768.617/0001-17, com sede na Av. Castelo Branco, 1470, CEP: 69.065-011, Bairro: Cachoeirinha, Manaus/AM; **POSTO MANAUTO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.182.935/0001-4 ,com sede na Av.Castelo Branco, 1659, Bairro: Cachoeirinha, Manaus/AM; **POSTO MUCURIPE,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.110.394/0009-88,com sede na Av. Carvalho Leal, 347, CEP: 69.065-000, Bairro: Cachoeirinha, Manaus/AM; **POSTO RENALTE,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.661.931/0001-66, com sede na Av. Carvalho Leal, 1.162, CEP: 69.065-000, Bairro: Cachoeirinha, Manaus/AM; **POSTO SÃO JOÃO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.992.097/0001-66, com sede na Av. Silves, 780, CEP: 69.965-080, Bairro: Cachoeirinha, Manaus/AM; **POSTO SANTA ROSA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.703.180/0001-85, com sede na Av. Carvalho Leal, 1562, CEP: 69.065-00, Bairro: Cachoeirinha, Manaus/AM; **POSTO SAMIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.620.015/0001-52, com sede naAv. Carvalho Leal, 1681, CEP: 69.065-000 Bairro: Cachoeirinha, Manaus/AM; **POSTO MAUÉS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.031.035/0001-90, com sede na Av.Maués, 706, Bairro: Cachoeirinha, Manaus/AM; **POSTO BOULEVARD**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º04.564.225/0001-21, com sede na Av. Boulevard Álvaro Maia, 50, CEP: 69.025-070, Bairro: Centro, Manaus/AM; **POSTO TAPAJÓS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.732.336/001-49, com sede na Av. Tarumã, 411, Bairro: Centro, Manaus/AM; **POSTO THOMÉ,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 63.724.579/0001-5, com sede na Av. Joaquim Nabuco, 2103, CEP: 69.005-080, Bairro: Centro; **POSTO JANJÃO (GASPETRO) R. RAMOS FERREIRA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.142.572/0001-08, com sede na Av. Avenida Ramos Ferreira, 1648, CEP: 69.010-120, Bairro: Centro, Manaus/AM; **FORTE AUTO POSTO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.848.998/0003-90, com sede na Rua Vicente Salvador, Bairro: Cidade De Deus, Manaus/AM; **POSTO MARGARITA LDB**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.010.118/0001-01, com sede na Av. Margarita, 1372, Bairro Cidade De Deus, Manaus/AM; **POSTO SÃO SEBASTIÃO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03552884000185, com sede na Av. Autaz Mirim, 1020, Bairro: Cidade De Deus, Manaus/AM; **POSTO CIDADE DE DEUS,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sobo n.º13.126.551/0001-48, com sede na R. Santa Maria da Paz, 862, Bairro: Cidade De Deus, Manaus/AM; **POSTO MUPUPI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.920.966/001-09, com sede na Av. N. S. da Conceição, 1264, Bairro: Cidade De Deus, Manaus/AM; **POSTO MASTER RIO DO SOL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.569.360/0001-34, com sede na Av. Margarita, 90, Bairro: Comunidade Francisca Mendes, Manaus/AM; **POSTO SÃO CRISTOVÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na Av. Grande Circular, 101, Bairro: Cidade De Deus, Manaus/AM; **POSTO FLORES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.210.487/0001-98, com sede na R. Lagos das Pedras, 02, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **AMAZON POSTO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.988.014/0001-19, com sede na Av. Noel Nutels, 7291,Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **AUTO POSTO NETÃO I**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.380.051/0001-84, com sede na Rua Cel. Monteiro Tapajós, 13, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **POSTO IBK COMERCIO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.440.733/0007-56, com sede na Av. Max Teixeira, 4000, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **POSTO RENATO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na R. Urequema, 15 Qd. 8 Bloco 1, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **POSTO OSVALDÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.438.127/0001-07, com sede na R. Paulo Eduardo De Lima, 1229, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **POSTO SÃO FRANCISCO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.466.374/0001-97, com sede na Rua Poracana, 9, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **POSTO SUPREMA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º03.673.838/0007-20, com sede na Av. Max Teixeira, 4161, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **POSTO TIMBIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.482.309/0001-59, com sede na Av. Timbira, 1821, Bairro: Cidade Nova, Manaus/AM; **POSTO AVIADOR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º03.552.884/0003-47, com sede na Av. Rodrigo Otávio, 170, CEP: 69.072-003, Bairro: Colônia Oliveira Machado, Manaus/AM; **POSTO BONS AMIGOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.015.395/0001-82, com sede na Av. Max Teixeira, 2020, Bairro: Colônia Santo Antônio, Manaus/AM; **ENERGIA AUTO POSTO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.519.227/0001-64, com sede na Av. Arq. José H. Rodrigues, 15, Bairro: Colônia Terra Nova, Manaus/AM; **AUTO POSTO SAMAUMA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.486.741/0002-30, com sede na Av. Torquato Tapajós, 8850 Colônia Terra Nova, Manaus/AM; **POSTO IBK**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.440.733/0004-03, com sede na Rua Niteroi, Qd. 04 Nº 25, Bairro: Colônia Terra Nova, Manaus/AM; **POSTO TORQUATO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.988.014/0013-52, com sede na Av. Torquato Tapajós, 7070, Bairro: Colônia Terra Nova, Manaus/AM; **POSTO SUMAUMA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.406.748/0002-30, com sede na Av. Torquato Tapajós, 8850, Bairro: Colônia Terra Nova, Manaus/AM; **MARCOS A. BEZERRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.968.129/0002-20, com sede na Av. Presidente Castelo Branco, 272, CEP: 69065-010, Bairro: Cachoeirinha, Manaus/AM; **COTRAR COMERCIO TRANSPORTES E REPRESENTACOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.472832/0001-24, com sede na Av. Compensa, 473, CEP: 69.035-090, Bairro: Compensa, Manaus/AM; **POSTO ANAVILHANA II**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 63.690.994/0001-35, com sede na Av. Brasil, s/n CEP: 69.036-110, Bairro: Compensa, Manaus/AM; **AUTO POSTO CAMILA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.932.978/0001-80, com sede na Av. Cosme Ferreira, 3276, CEP: 69.062-000, Bairro: Coroado; **POSTO IB DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.560.728/0001-80, com sede na Av. Cosme Ferreira, 2116, Bairro: Coroado, Manaus/AM; **POSTO SÃO LUCAS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.483.899/0001-92, com sede na Av. Rodrigo Otávio, 206, Bairro: Coroado, Manaus/AM; **AUTO POSTO KOKA II**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.570.884/0001-73,com sede na Rua Mario Andrade, 1240, CEP: 69.073-010, Bairro: Crespo; **POSTO UNIÃO VII**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.029.382/0001-81,com sede na Av. Silves, 1783, CEP: 69.065-, Bairro:Crespo, Manaus/AM; **POSTO DISTRITO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.185.520/001-96, com sede na Av. Autaz Mirim, 258, Bairro: Distrito Industrial, Manaus/AM; **POSTO DISTRITO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º17.142.572/0002-70, com sede na Av. Buriti, 999 69.075-000, Bairro: Distrito Industrial, Manaus/AM; **POSTO SAN REMO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.659.879/0005-00,com sede na Rodoviária Br 319, s/n Km 0, CEP: 69.075-830, Bairro: Distrito Industrial, Manaus/AM; **POSTO EDUCANDOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.659.879/0012-20,com sede na R. Vista Alegre, 280, CEP: 69.070-530 Bairro: Educandos, Manaus/AM; **AUTO POSTO OZIVAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.033.673/0002-24, com sede na Av. Torquato Tapajós, 5210, Bairro: Flores, Manaus/AM; **NOSSO POSTO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.900.277/0001-82, com sede na Av. Marques Villa Real de Praia Grande, 1, Quadra C3, Lote 1, Bairro: Flores, Manaus/AM; **POSTO 300**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.479.997/0002-85, com sede na Av. Torquato Tapajós, 1352, CEP: 69.048-660, Bairro: Flores, Manaus/AM; **AUTO POSTO ARENA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.888.948/0001-77, com sede na Av. Constantino Nery, 4536, CEP: 69.058-795, Bairro: Flores, Manaus/AM; **POSTO ESCOLA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.691.433/0001-01, com sede na Av. Djalma Batista, 4360, CEP: 69.050-101, Bairro: Flores, Manaus/AM; **AUTO POSTO TORQUATO TAPAJÓS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º10.988.014/0012-71, com sede na Av. Torquato Tapajós, 53, CEP: 69.058-830, Bairro: Flores, Manaus/AM; **POSTO LARANJEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.414.880/0001-01, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 727, Bairro: Flores, Manaus/AM; **POSTO MAX TEIXEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.988.014/0002-08, com sede na Av. Max Teixeira, 1272, Bairro: Flores, Manaus/AM; **POSTO CATARINA**,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.937.282/0001-13, com sede na Av. Tefé, 989, CEP: 69.078-000, Bairro: Japiim, Manaus/AM; **POSTO AMAZON**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.641.867/0001-21, Av. Tefé, 500, CEP: 69.078-000, Bairro: Japiim, Manaus/AM; **POSTO JAPIIM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.496.666/0001-50, com sede na Av. Rodrigo Otávio, 4229, CEP: 69.077-000, Japiim, Manaus/AM; **POSTO MUCURIPE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.110.394/010-11, com sede na Av. Rodrigo Otávio, 5074, CEP: 69.077-000, Japiim, Manaus/AM; **AUTO POSTO SANTO ANTONIO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.912.103/0001-93, com sede na Av. Autaz Mirim, 10370, Bairro:Jorge Teixeira, Manaus/AM; **AUTO POSTO TELES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.501.444/0001-27, com sede na Av. Autaz Mirim, 9716, Bairro: Jorge Teixeira, Manaus/AM; **AUTO POSTO GASPETRO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.142.572/0001-08, com sede na Av. Autaz Mirim, 8744 Bairro: Jorge Teixeira, Manaus/AM; **POSTO GRANDE CIRCULAR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.664.176/0001-38, com sede na Av. Autaz Mirim, 189, Bairro: Jorge Teixeira, Manaus/AM; **POSTO ITAÚBA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.988.014/0004-61, com sede na Av. Itaúba, 44, Bairro: Jorge Teixeira, Manaus/AM; **POSTO MAUAZINHO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.311.232/0001-63, com sede na Av. Cosme Ferreira, 11300 Bairro: Mauazinho, Manaus/AM; **POSTO RIO XXXVII**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.472.215/0037-07, com sede na Av. Margarita, 399, CEP: 69.027-030, Bairro: Monte das Oliveiras, Manaus/AM; **AUTO POSTO SAMAÚMA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.486.741/0001-50, com sede na Av. Samaúma 2, Lote 1 A 4, Bairro:Monte das Oliveiras, Manaus/AM; **POSTO SÃO JUDAS TADEU**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.493.139/0003-76,com sede na Av. Preciosa, 993, CEP: 69.093-115, Bairro:Monte das Oliveiras, Manaus/AM; **POSTO LIBERDADE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.264.755/0001-57, com sede na Rua Dona Mimi, 555, Bairro: Morro da Liberdade, Manaus/AM; **POSTO RIO XIX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.677.639/0001-31, com sede na Av. Presidente Kenedy, 1637, Bairro: Morro da Liberdade, Manaus/AM; **POSTO VIEIRA PETROVAN**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.472.851/0001-27, com sede na Av. João Valério, 230 Bairro: N. S. Das Graças, Manaus/AM; **POSTO 700**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.173.910/0001-27,com sede na Av. Djalma Batista, 700 69.050-010 Bairro: N. S. Das Graças, Manaus/AM; **AUTO POSTO RIACHÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.897.820/0001-81, com sede na Av. Margarita, 1147, Bairro: Nova Cidade, Manaus/AM; **AUTO POSTO SUMAÚMA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.486.741/0003-11, com sede na Av. Margarita, 100, Bairro: Nova Cidade, Manaus/AM; **POSTO RIO XVII**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.477.215/0018-36, com sede na Av. Margarita, 04, Bairro: Nova Cidade, Manaus/AM; **POSTO ESTRELA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.983.153/0001-94, com sede na Av. Coronel Teixeira, 7461, CEP: 69.037-473 Bairro: Nova Esperança, Manaus/AM; **POSTO 3002**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.479.997/0003-66, com sede na Av. Coronel Teixeira, 7077, CEP: 69.037-439, Bairro: Nova Esperança, Manaus/AM; **AUTO POSTO NOVO ALEIXO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.373.341/0001-66, com sede na Rua João Câmara, 545 Bairro:Novo Aleixo, Manaus/AM; **POSTO JOSÉ ROMÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.037.924/0001-56, com sede na Rua José Romão, 1330 Bairro: Novo Aleixo, Manaus/AM; **POSTO JOSÉ SARNEY**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Av. Jardinópolis, 01 Bairro: Novo Aleixo, Manaus/AM; **POSTO N. S. DE APARECIDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.191.900/0002-96, com sede na Rua Nathan X. De Albuquerque 1389 Bairro: Novo Aleixo, Manaus/AM; **POSTO CAMAPUÃ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.815.813/0001-81, com sede na Av. Camapuã, 772 Bairro: Novo Aleixo, Manaus/AM; **POSTO MARREIRO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Av. Carlota Joaquina, 31 Bairro: Parque 10 Novembro, Manaus/AM; **I B K COMERCIO E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.440.733/0011-32, com sede na Av. Maneca Marques, 1062, CEP: 69.055-021, Bairro: Parque 10 Novembro, Manaus/AM; **POSTO PARQUE 10**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.988.014/0001-19, com sede na Av. Maneca Marques, 1901, Bairro: Parque 10 Novembro, Manaus/AM; **POSTO VISTA BELA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 24.996.468/0001-21, com sede na Av. Laduna, 1000, CEP: 69.044-800, Bairro: Planalto, Manaus/AM; **FORTE AUTO POSTO II**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.848.998/0002-09,com sede na Av. Des. João Machado, 3763, CEP: 69.045-010, Bairro: Planalto, Manaus/AM; **POSTO DO TURISTA II**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.988.014/0014-3, com sede na Av. Do Turismo, 109, Bairro: Ponta Negra, Manaus/AM; **AUTO POSTO OZIVAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.643.904/0002-77, com sede na Rua Emílio Moreira, 1769, CEP: 69.020-040, Bairro: Praça 14 De Janeiro, Manaus/AM; **AUTO POSTO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.259.335/0001-91, com sede na Av. Tarumã, 1395 69.020-440 Bairro: Praça 14 De Janeiro, Manaus/AM; **FORTE AUTO POSTO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.848.998/0001-28, com sede na Av. Álvaro Botelho Maia, 1890, CEP: 69.020-210, Bairro: Praça 14 De Janeiro, Manaus/AM; **POSTO PILOTO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Rua Barcelos, 992, Bairro:Praça 14 De Janeiro, Manaus/AM; **POSTO PRIMER**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.549.569/0001-39, com sede na Rua Emílio Moreira, 1669, CEP: 69.020-090, Bairro: Praça 14 De Janeiro, Manaus/AM; **POSTO SIDERAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.718.127/0001-39 com sede na Rua Emílio Moreira, 1209 Bairro: Praça 14 De Janeiro, Manaus/AM; **POSTO RIO XVIII**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.477.215/0017-55, com sede na Av. Boulevard Álvaro Maia, 05, CEP: 69025-080, Bairro: Presidente Vargas, Manaus/AM; **POSTO SÃO JORGE,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.832.357/001-24, com sede na Av. Silves, 1497, Bairro: Raiz, Manaus/AM; **POSTO UNIÃO VIII**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Av. Tefé, 78, Bairro: Raiz, Manaus/AM; **AUTO POSTO UNIÃO II**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.029.382/0008-58, com sede na Av. Tefé, 2165, CEP:69.068-000, Bairro:Raiz, Manaus/AM; **POSTO PIORINI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Av. Arq. José H. Rodrigues, 1832, Bairro: Rio Piorini, Manaus/AM; **AUTO POSTO CIRCULAR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Av. Arq. José H. Rodrigues, 17, Bairro: Santa Etelvina, Manaus/AM; **POSTO NAVETIO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Av. Arq. José H. Rodrigues, 24, Bairro: Santa Etelvina, Manaus/AM; **DENYS ANTONIO ABDALA TUMA (POSTO SANTA ETELVINA)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.659.879/0003-30, com sede na Av. Arq. José H. Rodrigues, 12500, Bairro: Santa Etelvina, Manaus/AM; **AUTO POSTO ELDORADO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 24.603.618/0001-04, Av. Torquato Tapajós, 10.108, CEP:69.039-125 Bairro:Santa Etelvina, Manaus/AM; **AUTO POSTO D.E.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.852.894/0001-76, com sede na Av. Torquato Tapajós, 12412, Bairro: Santa Etelvina, Manaus/AM; **POSTO PONTA NEGRA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.647.520/0005-87, com sede na Av. Coronel Teixeira, 6842, CEP: 69.050-020 Bairro: Santo Agostinho, Manaus/AM; **MANAUS DERIVADOS II**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.505.231/0002-33, com sede na Av. Coronel Cyrilo Neves, 613, CEP: 69.036-605, Bairro: Santo Agostinho, Manaus/AM; **POSTO SANTO ANTONIO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º Av. Brasil, 91, Bairro: Santo Antônio, Manaus/AM; **POSTO RIO XVII**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Av. Brasil, 90, Bairro: Santo Antônio, Manaus/AM; **POSTO RIO XX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Av. Prof. Marciano Armoud, 1559, Bairro: São Francisco, Manaus/AM; **POSTO N. S. DE FÁTIMA**; pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º23.505.231/0004-03 ,com sede naAv. Brasil, 4089, Bairro: São Jorge, Manaus/AM; **POSTO AMÉRICA 3**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.591.720/0001-22, com sede na Av. Autaz Mirim, 8120 Lote 56, CEP: 69.087-215 Bairro:Tancredo Neves, Manaus/AM; **W.W.F. DE MORAES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.030.356/0001-73, com sede na Av. Autaz Mirim, 11, CEP: 69.087-215 Bairro: Tancredo Neves, Manaus/AM; **POSTO 7000**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.773.308/0001-72, com sede na Av. Torquato Tapajós, 7033, Bairro: Tarumã, Manaus/AM; **POSTO DO TURISMO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.988.014/0008-95, com sede na Av. Do Turismo, 116, CEP: 69.041-010 Bairro: Tarumã, Manaus/AM; **POSTO TARUMÃ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º com sede na Av. Do Turismo, 13020, Bairro: Tarumã, Manaus/AM; **AMAZON COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.988.014/0013-52,com sede na Av. Maneca Marques, 1902, Conj. Castelo Branco, CEP: 69.055-021, Bairro: Parque Dez de Novembro, Manaus/AM; **AUTO POSTO COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA** (**REDE MANAUARA)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.142.572/0001-08,com sede na Av. Santo Dumont Bairro: Tarumã, Manaus/AM; **POSTO ZUMBI**,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.484.009/0006-80, com sede na Av. Cosme Ferreira, 71 Qd. 73, CEP: 69.083-000, Bairro: Zumbi dos Palmares, Manaus/AM; **AUTO POSTO AMAZONIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 63.722.862/0002-29, com sede na R. Maceió, 446, Sala 03, Manaus/AM, CEP: 69.057-010,

pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

**DA LEGITIMIDADE ATIVA – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/AM**

De se destacar que, a despeito da ausência de previsão no rol do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, a Ordem dos Advogados do Brasil, tem autorização para o manejo de ações coletivas de que detenha pertinência temática, conforme prevê o art. 54, XIV c/c art. 57 da Lei nº 8.906/1994, assim como bem compreende o Superior Tribunal de Justiça, como demonstra o julgado abaixo:

*PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. CONSELHO SECCIONAL. PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANÍSTICO, CULTURAL E HISTÓRICO. LIMITAÇÃO POR PERTINÊNCIA TEMÁTICA. INCABÍVEL. LEITURA SISTEMÁTICA DO ART. 54, XIV, COM O ART. 44, I, DA LEI 8.906/94. DEFESA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DO ESTADO DE DIREITO E DA JUSTIÇA SOCIAL. 1. Cuida-se de recurso especial interposto contra acórdão que manteve a sentença que extinguiu, sem apreciação do mérito, uma ação civil pública ajuizada pelo conselho seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em prol da proteção do patrimônio urbanístico, cultural e histórico local; a recorrente alega violação dos arts. 44, 45, § 2º, 54, XIV, e 59, todos da Lei n. 8.906/94. 2. Os conselhos seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil podem ajuizar as ações previstas - inclusive as ações civis públicas - no art. 54, XIV, em relação aos temas que afetem a sua esfera local, restringidos territorialmente pelo art. 45, § 2º, da Lei n. 8.906/84. 3. A legitimidade ativa - fixada no art. 54, XIV, da Lei n. 8.906/94* ***- para propositura de ações civis públicas por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, seja pelo Conselho Federal, seja pelos conselhos seccionais, deve ser lida de forma abrangente, em razão das finalidades outorgadas pelo legislador à entidade - que possui caráter peculiar no mundo jurídico - por meio do art. 44, I, da mesma norma; não é possível limitar a atuação da OAB em razão de pertinência temática, uma vez que a ela corresponde a defesa, inclusive judicial, da Constituição Federal, do Estado de Direito e da justiça social, o que, inexoravelmente, inclui todos os direitos coletivos e difusos****. Recurso especial provido. (STJ -* ***RECURSO ESPECIAL Nº 1.351.760 - PE****, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 26/11/2013, T2 - SEGUNDA TURMA)*

Portanto, claramente cabível a atuação judicial da OAB em prol de seus substituídos, como adequado agir na proteção dos consumidores de todo o Estado do Amazonas.

**DOS FATOS**

Em meados de junho deste ano, a diretoria executiva da Petrobras aprovou a revisão na periodicidade de reajustes nos preços do diesel e gasolina comercializados em suas refinarias. A partir daquela data, os reajustes de preços de diesel e gasolina passariam a ser feitos sem periodicidade definida.

Tal medida, segundo nota à imprensa divulgada, a partir daquela data os combustíveis serão reajustados de acordo com as "condições de mercado e da análise do ambiente externo, possibilitando a companhia competir de maneira mais eficiente e flexível".

"A aplicação imediata desta revisão permitirá à Petrobras, no momento, reduzir os preços do diesel acompanhando as variações dos preços internacionais observadas nos últimos dias"[[1]](#footnote-1).

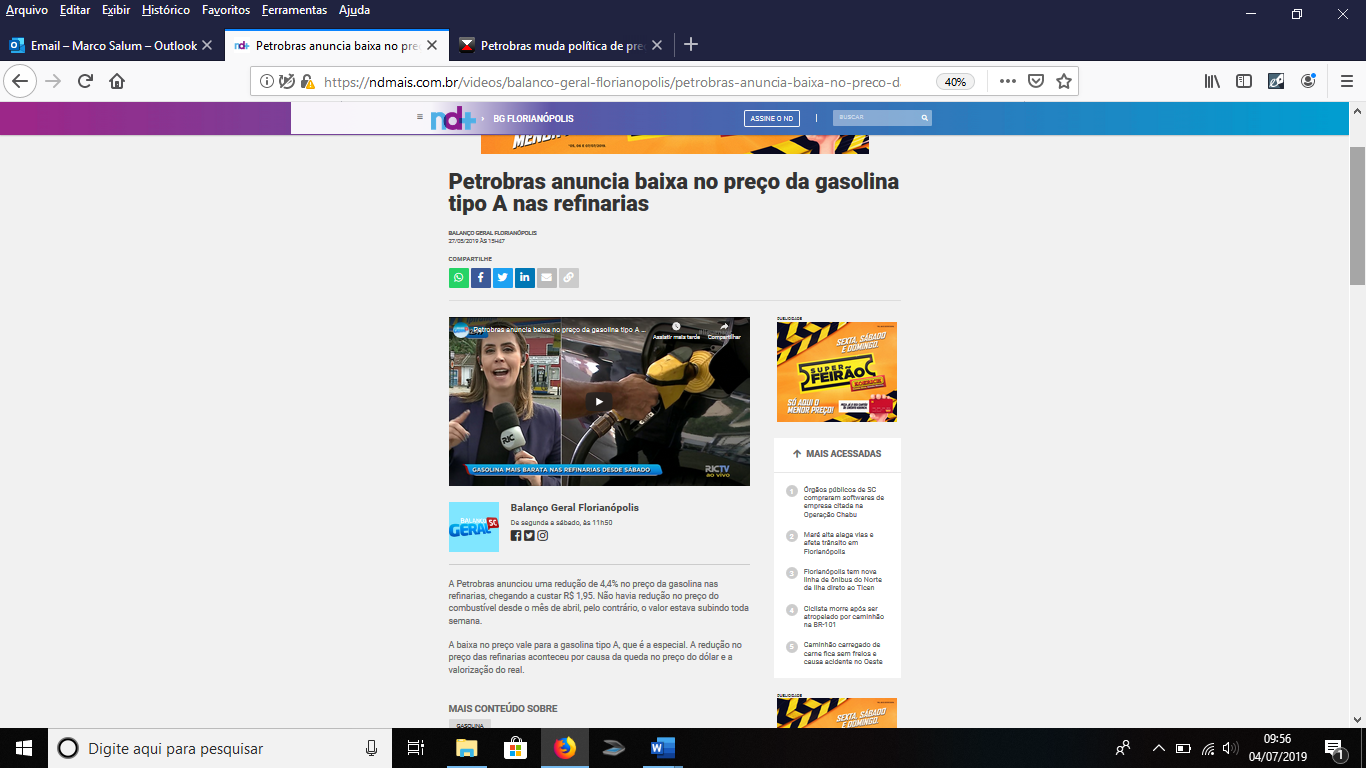
Por fim, houve declaração clara que essa alteração na política de preços serviria para facilitar a gestão da empresa, de modo a “*preservar a lucratividade da companhia e tentar não criar volatilidade aos clientes com base na paridade internacional. O certo é fazer na hora que precisar, aumentando ou reduzindo os preços - disse essa fonte.*”

Assim, nos moldes informados, qualquer reajuste despropositado ou o não repasse da redução de preços, conforme amplamente vem sendo anunciado pela PETROBRAS, **caracteriza indevido aumento da margem de lucro sem justa causa**.

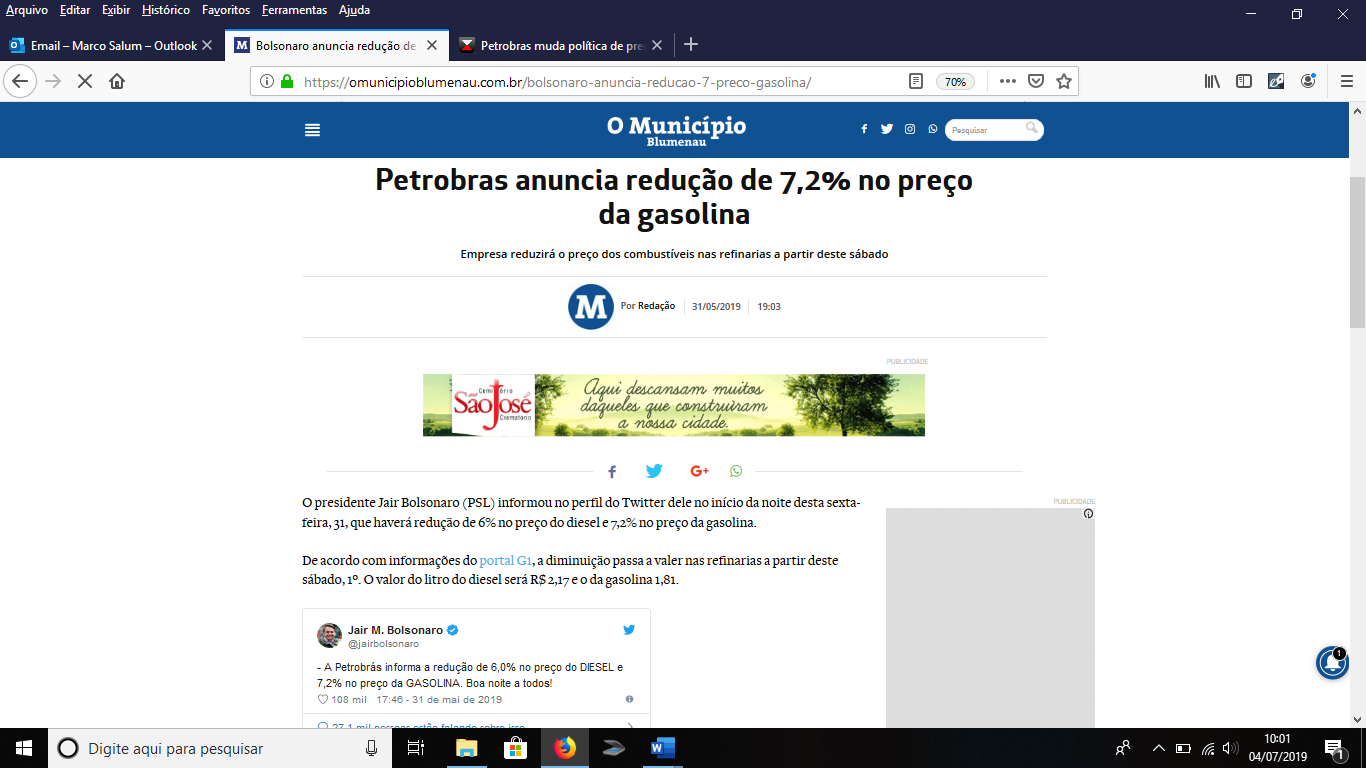
Todavia, é exatamente isso que vem ocorrendo. Na prática, o que se vê é o não repasse das reduções que são anunciadas pela Petrobras, momento em que as Distribuidores e o Sindicado (réus), mantêm seus preços, além de não fornecerem, aos órgãos de fiscalização, os reais motivos e justificativas para a manutenção dos preços, conforme vêm praticando. (nesse caso, existe um verdadeiro jogo de empurra, quando a distribuidora diz que repassa a redução e os donos de postos de combustíveis negam essa informação).

Fato é que vários anúncios já foram feitos pela PETROBRAS, acerca da minoração dos preços dos combustíveis, sobretudo da gasolina, mas, nas bombas, para o consumidor final, esse “benefício” não está sendo repassado.

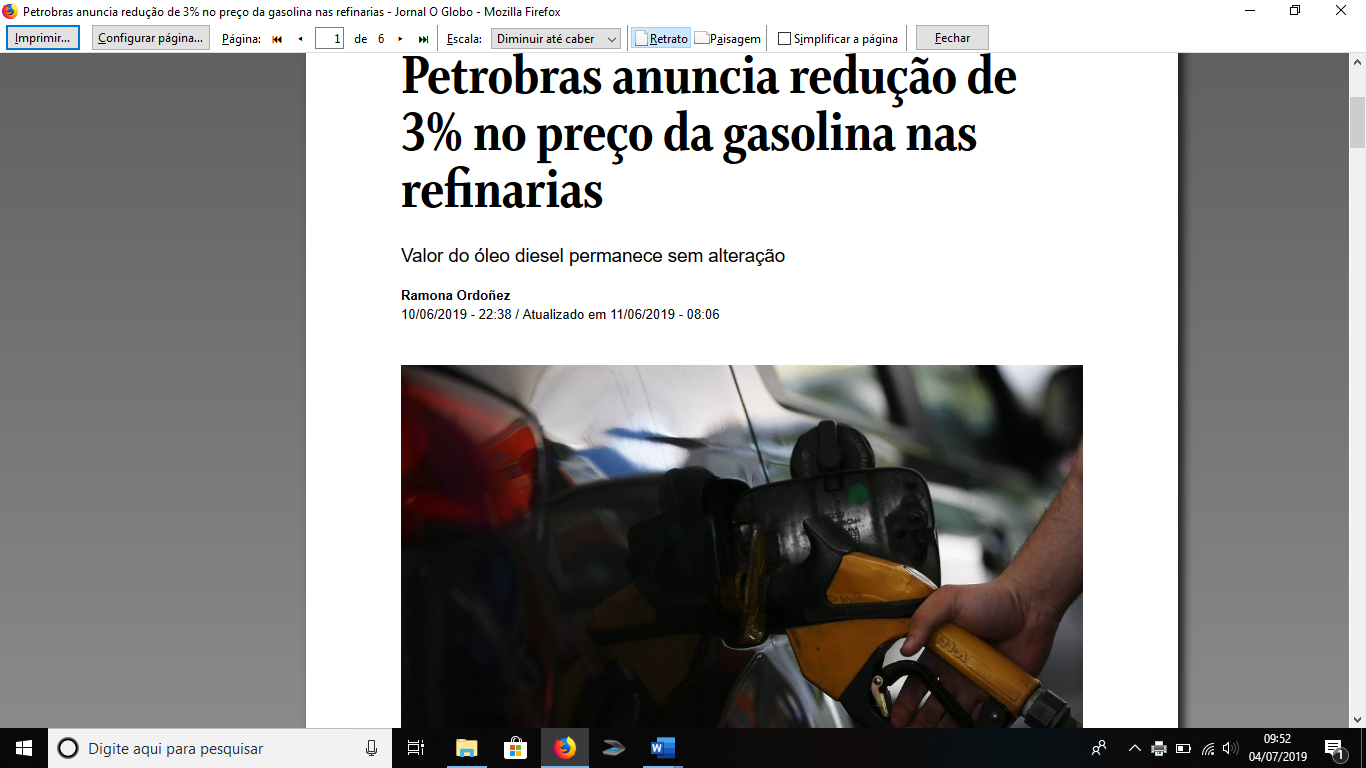
Senão vejamos:



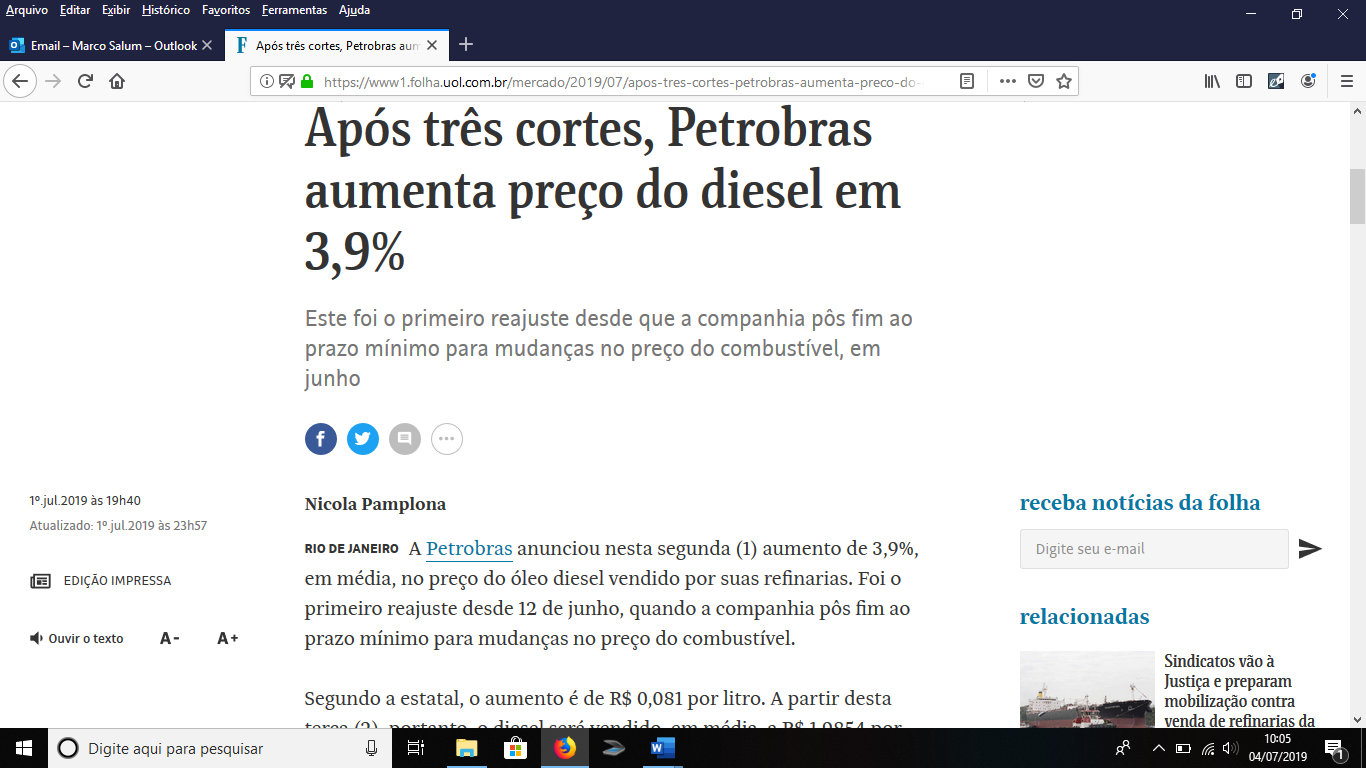
Fonte: <https://ndmais.com.br/videos/balanco-geral-florianopolis/petrobras-anuncia-baixa-no-preco-da-gasolina-tipo-a-nas-refinarias/>

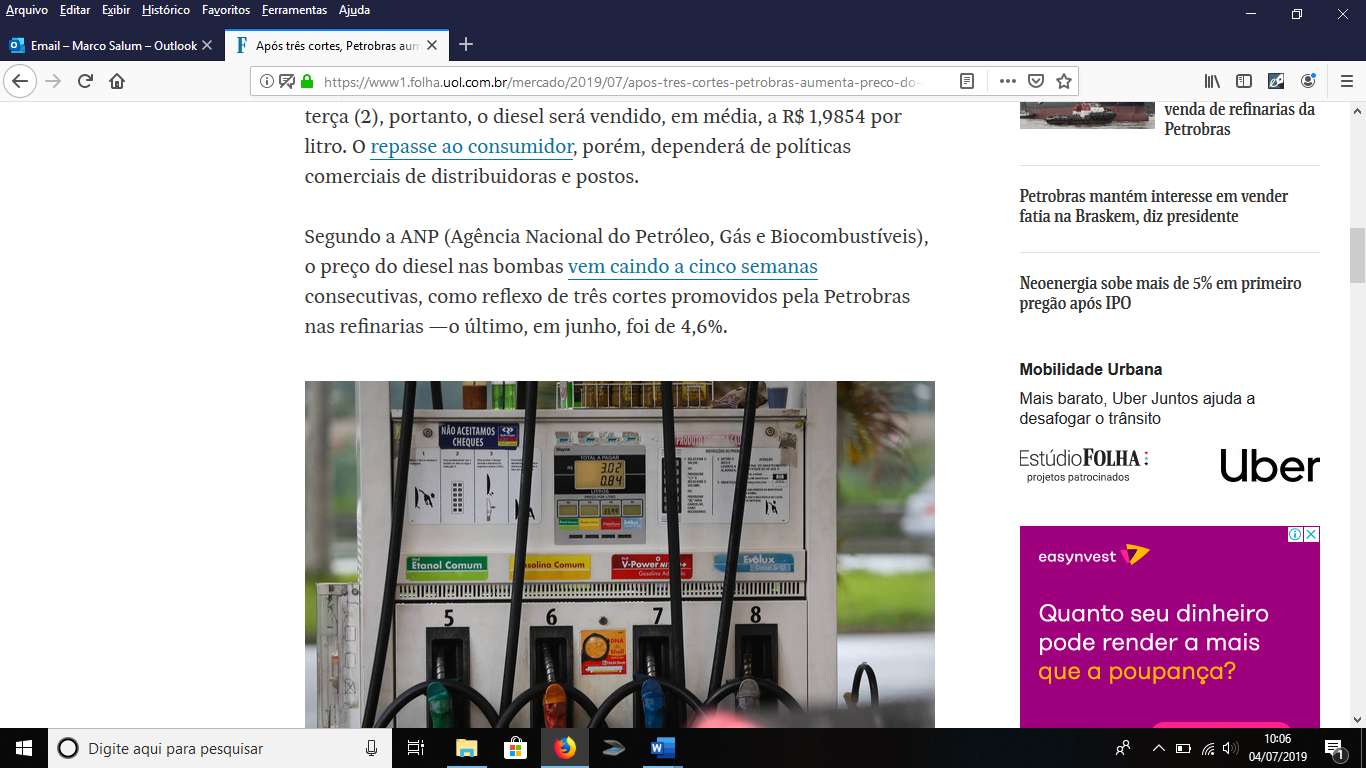


Fonte: <https://omunicipioblumenau.com.br/bolsonaro-anuncia-reducao-7-preco-gasolina/> - MATÉRIA DE 31/05/2019



Fonte: <https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-anuncia-reducao-de-3-no-preco-da-gasolina-nas-refinarias-23730528> - MATÉRIA DE 11/06/2019



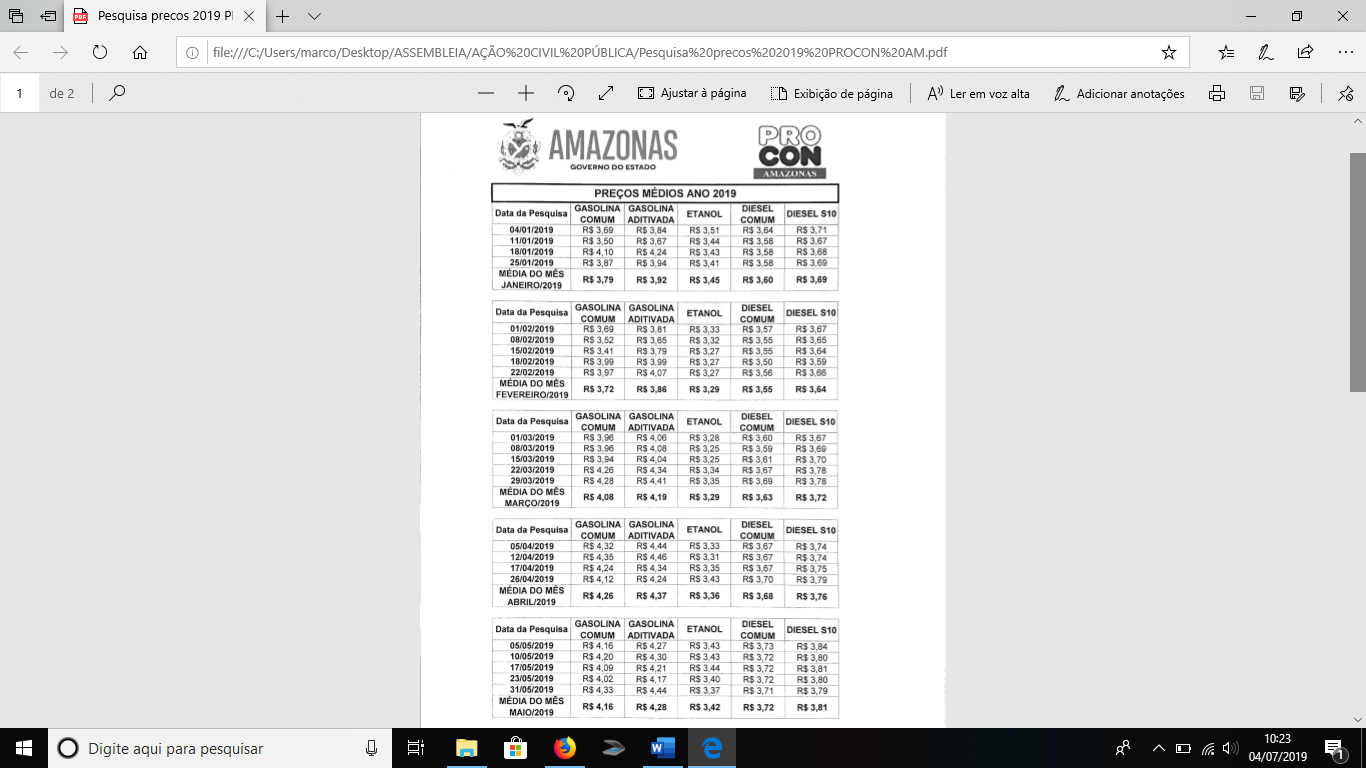


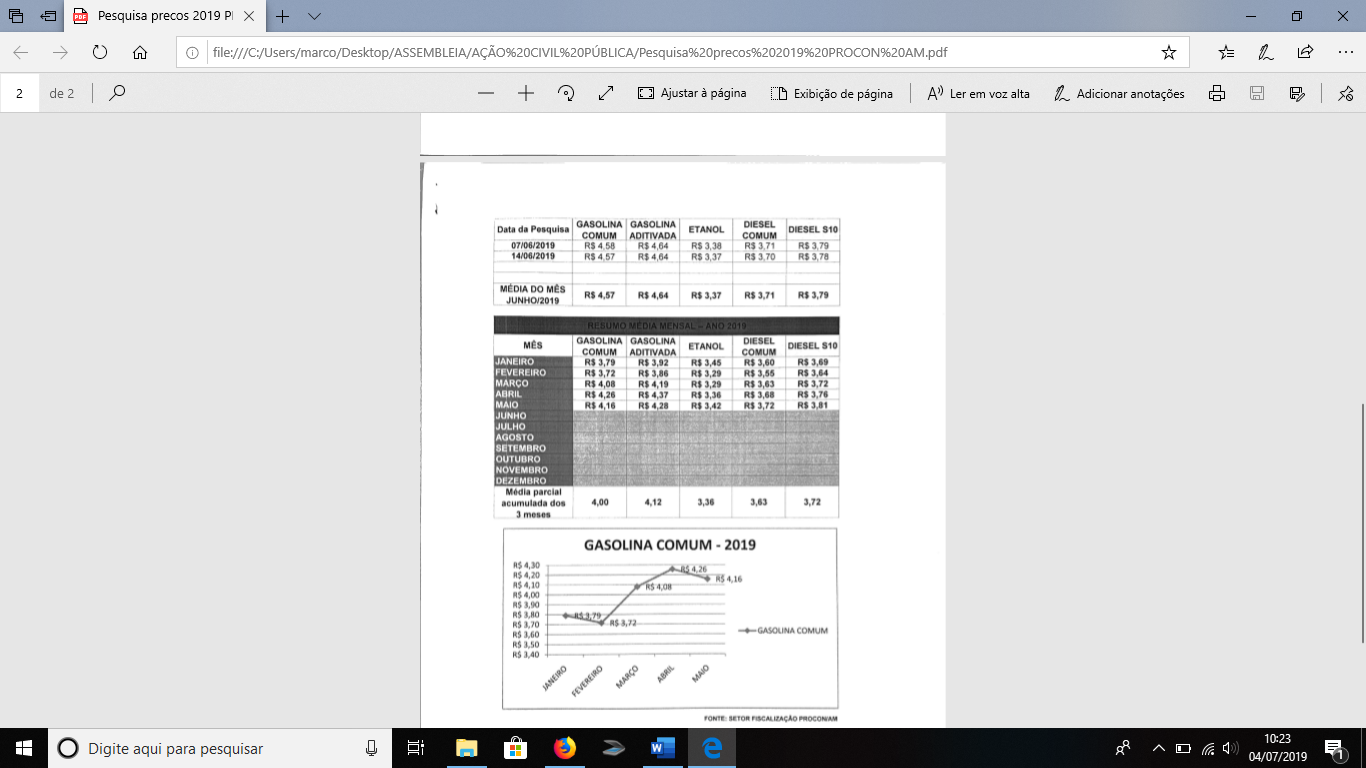




Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/apos-tres-cortes-petrobras-aumenta-preco-do-diesel-em-39.shtml> - MATÉRIA DE 01/07/2019

Pois bem, mesmo diante desses anúncios de reduções, nos períodos apontados, segue a pesquisa de preços, fornecida pelo PROCON/AM, comprovando o que aqui se afirma, no que tange o não repasse das reduções:





A partir dos quadros acima apresentados, as notícias apontam que a PETROBRAS anunciou três reequilíbrios de preços, que, somados, deveriam refletir numa redução de pelo menos 14,46% sobre o valor comercializado entre a ESTATAL citada e as distribuidoras[[2]](#footnote-2).

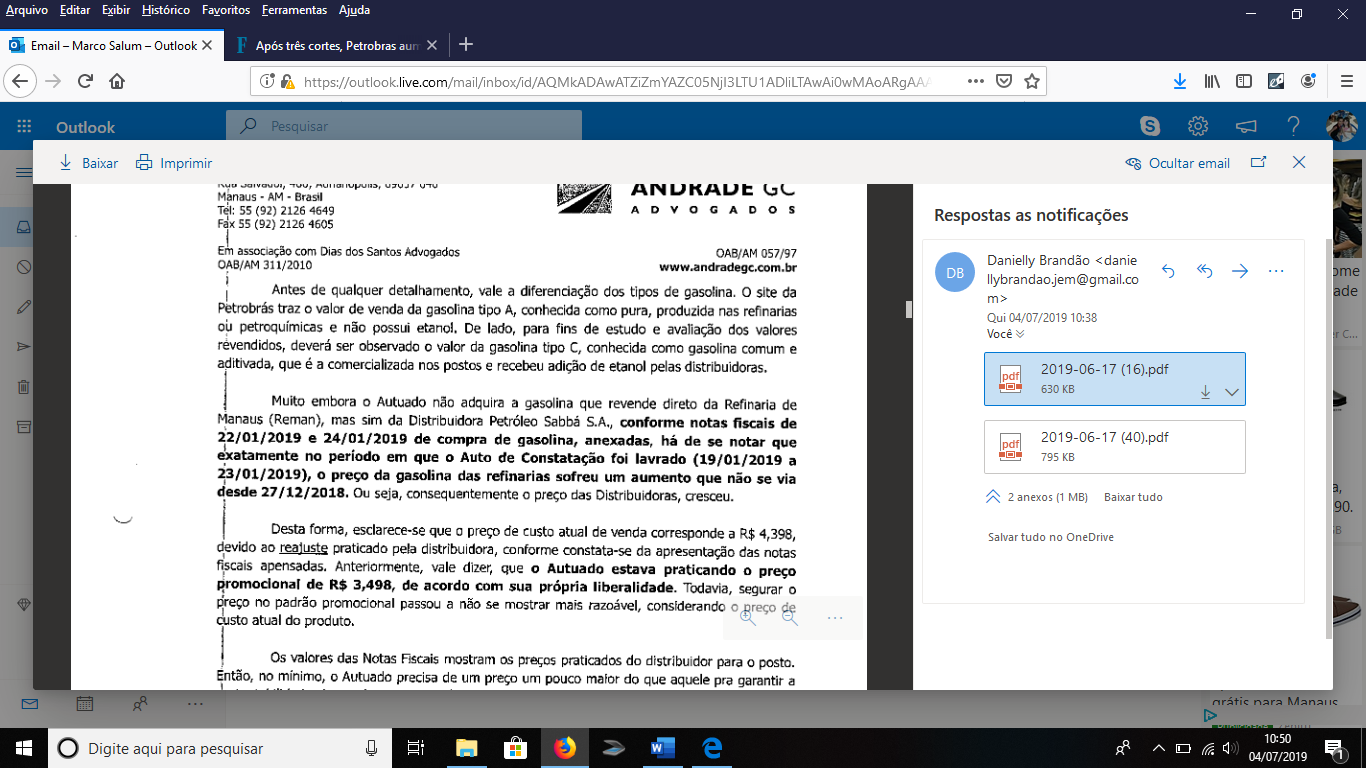
Porém, como se vê, os preços mantiveram-se inalterados durante os períodos de anúncio de redução e, pior, **após a redução de 31 de maio houve aumento[[3]](#footnote-3), passando para uma média R$4,57, no preço da gasolina comum!**

Sendo assim, em matemática simples, numa conta reversa, diante do não repasse dos cerca de 14% anunciados pela PETROBRAS, somados ao aumento de 15%, conforme praticado pelos postos de combustíveis, o prejuízo aos consumidores beira os 30%, de maneira injustificada, simplesmente para aumentar os lucros dos empresários, em detrimento aos interesse de toda economia local, sobretudo no que diz respeito às funções sociais que certos tipos de segmentos exercem.

Como consequência, o PROCON/AM realizou várias diligências, autuações e notificações, solicitando informações e pesquisas de preços, porém a esmagadora maioria se mostrou infrutíferas.

Em resposta, apenas dois grupos apresentaram minimamente os documentos solicitados, além das justificativas das suas práticas comerciais:

A empresa TRADING DERIVADOS DO PETRÓLEO alega, em sua razoes, que os valores relativos às reduções anunciadas pela PETROBRAS não são repassados aos proprietários de postos de combustíveis, motivo pelo qual, por óbvio, não chegam aos consumidores.



A outra resposta decorre da empresa AUTO POSTO UNIAO, que se limitou a justificar que sua atividade é lícita e que o Executivo, através do PROCON/AM, não possui legitimidade para impor aos empresários a prática de preços, conforme interesse estatal.

Portanto, os demais empresários sequer se manifestaram, demonstrando completo desrespeito com as regras consumeristas e com os impactos que os aumentos injustificados ocasionam à economia regional.

Outrossim, situação que já está sendo investigada em arena competente, não há como fecharmos os olhos e deixarmos de mencionar o número de postos que passou a adotar o valor idêntico de R$4,59 (quatro reais e cinquenta e nove centavos), para o preço da gasolina.

Essa constante prática, de alinhamento de preços, que perdura em formato semelhante até os dias atuais, no ano de 2003 resultou em ação judicial, decorrente da OPERAÇÃO CARVÃO, que culminou na prisão de treze empresários do ramo de combustíveis, sob a justificativa de que estavam realizando a prática de cartel (ação 2003.32.00.001886-0/AM).

Neste diapasão, como consequência, apresentou-se requerimento de abertira de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI e, seguinto NOTA TÉCNICA 154/2018-SDR, assinata pelos representantes da AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO-ANP, “*conclui-se que, do ponto de vista estritamente econômico, há indícios de cartel no referido mercado relevante, no período de outubro de 2017 a novembro de 2018. Ou seja, a partir dos dados disponíveis para o período examinado, foram identificados coeficientes de variação com valores abaixo de 0,010, por período significativo de tempo, associados a valores mais elevados de margem mpedia bruta de revenda, principais elementos considerados para configuração da existência de indícios de comportamento oclusivo entre os agentes*”, aponta-se a existência de grave atentado contra a economia popular, conforme previsto no artigo 3º, VI, da Lei 1.521/51.

Por fim, cumpre salientar que o ajuizamento da presente demanda em face da totalidade das distribuidoras e dos postos de combustíveis que atendem os consumidores do nosso Estado, estes últimos através de seu sindicato representativo, decorre da necessidade de garantir o máximo de efetividade e alcance social possível a uma eventual decisão desse Poder Judiciário, considerando que, nos levantamentos por amostragem realizados pelos órgãos oficiais (PROCON e ANP), verificou-se uma extensa lesão aos consumidores, nada impedindo que no transcurso da ação sejam excluídos aqueles estabelecimentos que comprovarem a comercialização atendendo às diretrizes do governo federal e da legislação pertinente ao tema. Cite-se:

*2 -DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS 2.1 DA ELEVAÇÃO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS SEM JUSTA CAUSA ENQUANTO PRÁTICA ABUSIVAA Constituição Federal brasileira, ao prescrever os postulados da ordem econômica, dispõe que: Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: pela redação do dispositivo constitucional, depreende-se que o trabalho humano tem prioridade sobre os demais valores da economia de mercado, a exemplo da livre concorrência.*

Não obstante, a respeito do que vem a ser livre concorrência, tem-se a lição de José Cretella Júnior (CRETELLA JÚNIOR, José.Elementos de direito constitucional.4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 263): “*No regime de livre concorrência, ou de livre competição, o mercado competitivo, ou concorrencial, caracteriza-se pelo grande número de vendedores, agindo de modo autônomo, oferecendo produtos, em mercado bem organizado. No mercado competitivo, os produtos oferecidos por uma dada empresa são recebidos pelo comprador como se fossem substitutos perfeitos ou equivalentes dos produtos da firma concorrente. Na hipótese de preços iguais, ao comprador é indiferente, regra geral, a procedência do produto, só influindo a marca, na medida em que a propaganda se intensifica. De qualquer modo, no regime da livre concorrência, os preços de mercado tendem a abaixar, beneficiando-se com isso o comprador, ao contrário do que acontece no regime de monopólio, que prejudica o comprador e afeta o equilíbrio da Ordem Econômica, a não ser quando a intervenção monopolística é assegurada por lei federal, fundada em expresso dispositivo constitucional*”.

Em suma, a livre concorrência significa a possibilidade de os agentes econômicos atuarem sem embaraços juridicamente plausíveis, em um dado mercado, ou seja, procura garantir que os agentes econômicos tenham oportunidade de competir de forma justa no mercado, sem que haja a intervenção do Estado. Por outro lado, a liberdade de iniciativa econômica privada, num “contexto de uma Constituição preocupada com a realização da justiça social, não pode significar mais do que liberdade de desenvolvimento da empresa no quadro estabelecido pelo poder público, e portanto possibilidade de gozar das facilidades e necessidade de submeter-se às limitações postas pelo mesmo. É legítima, enquanto exercida no interesse da justiça social. Será ilegítima, quando exercida com objetivo de puro lucro e realização pessoal do empresário.”(SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 21ª. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2002, p. 770).

Em razão disso, **sempre que houver um abuso por parte dos agentes econômicos, é dever do Estado intervir para realizar a justiça social, equilibrando os interesses envolvidos, de modo a garantir a todos existência digna**.

Sobre o tema, colhe-se passagem do voto do Ministro Celso de Mello, na ADIN nº 319-4:

*“...****O princípio da liberdade de iniciativa não tem, desse modo, caráter irrestrito e nem torna a exploração das atividades econômicas um domínio infenso e objetivamente imune à ação fiscalizatória do Poder Público****. A intervenção regulatória ou normativa do Estado encontra pleno suporte jurídico na própria Constituição da República, cujo* ***art. 174 autoriza o Poder Público –enquanto agente normativo e regulador da atividade empresarial – a exercer, na forma da lei, funções de controle na ordem econômica, com o objetivo de reprimir o abuso do poder econômico de cuja prática, sempre inaceitável****, resultem ou possam resultar a dominação dos mercados, a eliminação de concorrência ou o aumento arbitrário dos lucros (CF, art. 173, § 4º). A regulação normativa, pelo Estado, das políticas de preços traduz competência constitucionalmente assegurada ao Poder Público cuja atuação regulatória* ***é justificada e ditada por evidentes razões de interesse público****, especialmente por aquelas que visem a preservar os postulados da livre concorrência, a fomentar a justiça social e a promover a defesa dos direitos e dos interesses do consumidor (CF, art. 170, caput, e incisos IV e V). Esta Corte, no desempenho de suas altas funções político-jurídicas, não pode desconhecer e nem permanecer insensível ante a exigência de preservar a intangibilidade desses pressupostos de ordem axiológica, que devem nortear e condicionar, enquanto referenciais de compulsória observância, a atividade estatal de regulamentação e de controle das práticas econômicas. “Ainda, segundo o texto constitucional, correlacionados à valorização do trabalho* ***estão a função social da propriedade (empresa) e a defesa do consumidor, que são vetores de limitação da livre concorrência.*** *Decorre daí que, diante do descumprimento da função social da empresa e da ofensa aos direitos dos consumidores,* ***o Poder Público deve agir para coibir e reprimir os abusos na ordem econômica****. Por sua vez, a repressão das práticas que atentam contra a livre concorrência, está expressamente prevista no art.173, da Constituição Federal: Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.(...)§ 4º.A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.§ 5º.A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular. Nesse sentido, é possível constatar que segundo o ordenamento jurídico brasileiro somente caberá a intervenção do Estado na economia em casos excepcionais. Assim, em regra, não cabe ao poder judiciário intervir nos preços praticados em mercado em consagração a livre concorrência, contudo há exceções contidas que permitem ao Judiciário intervir quando restar configurada a elevação sem justa causa dos preços, hipótese em que deverá ser acolhida a defesa do consumidor enquanto postulado da ordem econômica. No presente caso, consoante já demonstrado, houve a elevação do preço da venda dos combustíveis sem nenhum fator que pudesse justificar o aumento na margem de lucro de maneira diversa das diretrizes governamentais, notadamente, porque os preços nas distribuidoras não sofreram acréscimos desproporcionais, o que visivelmente afronta o art.39, do CDC: Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)V -exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva; X -elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994) Sobre a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário, leciona o Min. Antônio Herman de Vasconcellos (Benjamin, Antonio Herman Vasconcellos; Marques, Cláudia Lima; Bessa, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. 5ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013):“não se cuida de tabelamento ou controle prévio de preço, mas de análise casuística que o juiz e a autoridade administrativa fazem, diante de fato concreto. A regra, então, é que aumentos de preço devem sempre estar alicerçados em justa causa, vale dizer, não podem ser arbitrários, leoninos ou abusivos. Em princípio, numa economia estabilizada, elevação superior aos índices de inflação cria uma presunção –relativa, é verdade –de carência de justa causa”. Assim, a elevação abusiva nos preços dos combustíveis ofende o sistema de proteção ao consumidor, e consequentemente a ordem econômica. Há, ainda, a violação dos postulados da boa -fé objetiva que prega o dever do fornecedor de tratar o consumidor como um “parceiro contratual” e, assim sendo, qualquer mudança nos valores dos produtos, além de ser previamente avisada, deve ser feita de maneira gradativa, de forma a não surpreender o consumidor (Leonardo de Medeiros Garcia. Direito do Consumidor. Código comentado e jurisprudência. 9ª. Ed. rev., ampl., e atual. Salvador: JusPODIVM, 2013). A conduta das requeridas também afrontou a ordem econômica, nos moldes como prevê o art. 36, inc. III, da Lei12.259/2011, que trata, dentre outros temas, de normas buscando a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica: Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; II -dominar mercado relevante de bens ou serviços; III -aumentar arbitrariamente os lucros; e IV - exercer de forma abusiva posição dominante Não se está a pregar a proibição dos postos fixarem livremente os preços de acordo com o mercado,* ***mas tão somente ponderando que na elevação dos preços sejam observados os limites que foram indicados pelo governo federal, os quais devem buscar a proteção do consumidor e a justiça social, evitando-se a busca desenfreada pelo lucro fácil!*** *Em suma, o que se quer dizer é que, ao mesmo tempo em que o regramento constitucional pátrio legitima a livre concorrência, busca também a harmonização do interesse econômico com o interesse social, positivando normas que coíbem e reprimem o abuso do poder econômico, ainda mais quando se refere ao comércio de bens essenciais, como é o caso dos combustíveis. Destarte, vale gizar que os combustíveis, por serem bens essenciais à vida diária da população, recebem da lei proteção especial, tanto em relação ao comércio em si quanto em relação à atividade de distribuição do produto. A este respeito, a Lei 7.783/89 dispõe: Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais: I –tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis. Portanto, a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, no presente caso, potencializa-se pela essencialidade do produto em questão (combustíveis), uma vez que toda a sociedade, direta ou indiretamente, é impactada pela sua comercialização, de modo que os demais bens e serviços sofrem reflexos inflacionários consideráveis, cujo efeito direto é redução do poder aquisitivo da população, violando a proteção ao salário, de que trata o art. 7º, inciso X, da Constituição Federal. 2.2 DO DANO MORAL COLETIVOA Constituição Federal de 1988 alçou o direito à reparação do dano moral à categoria de direito fundamental, previsto no próprio artigo 5º da Carta Magna em dois de seus incisos: V -é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;(...) X -são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. O Código Civil de 2002, por sua vez, assevera que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” (art. 186). Esse dispositivo encontra complemento na seara da responsabilidade civil no art. 927, no qual é estabelecido que o cometimento de ato ilícito, nos termos dos arts. 186 e 187, gera a obrigação de repará-lo. Em sua modalidade dano moral coletivo, Carlos Alberto Bittar Filho o define:(...) O dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial. Tal como se dá na seara do dano moral individual, aqui também não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (damnum in re ipsa).(BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro):Segundo a doutrina e jurisprudência, constitui dano moral coletivo a lesão a interesses metaindividuais, tais como: publicidade enganosa, publicidade abusiva, acidentes de consumo, o dano ambiental, etc. Da mesma forma, no presente caso, em que existe ofensa à coletividade dos consumidores, atingida pela elevação injustificada do preço dos combustíveis, trata-se de hipótese de dano moral coletivo, cuja reparação deve ter efeito pedagógico para dissuadir os ofensores de práticas semelhantes. O CDC é claro ao estabelecer como direito do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, coletivos difusos. Portanto, não parece adequado entender que apenas os danos morais individuais mereçam reparação, sob uma perspectiva estreita de vincular a aferição do dano moral ao dever de reparação do sentimento da “dor” e “constrangimento”. Tal visão adotada pelo Código Civil e Código de Processo Civil possui cunho eminentemente individualista e, portanto, deve ser adequada à determinação constitucional que resguarda os direitos metaindividuais. Daí por que o dano moral coletivo não leva em conta apenas os aspectos “dor e constrangimento” resultantes da violação do Princípio da Dignidade Humana, para reparar o bem difuso. A imposição do dever de reparar tem cunho não apenas preventivo e/ou punitivo, mas também caráter pedagógico e reparador. Não se pode ignorar a premissa de que também a comunidade sofre os efeitos de um dano extrapatrimonial, e, assim sendo, deve haver efetiva proteção coletiva assegurada pela norma fundamental do ordenamento jurídico brasileiro. Tendo isso em vista, a doutrina e jurisprudência nacional, têm admitido a configuração dessa “nova subespécie’ de dano moral, cumprindo salientar que o Superior Tribunal de Justiça vem a reconhecendo, reiteradamente, em suas decisões, tais como: I -REsp 866.636, caso que ganhou repercussão nacional, a 3ª turma do STJ manteve a condenação do laboratório Schering do Brasil ao pagamento de danos morais coletivos no importe de R$ 1 milhão de reais, em decorrência da comercialização do anticoncepcional Microvlar sem o princípio ativo; II -REsp 1.221.756, um banco foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 50 mil por manter caixa de atendimento preferencial somente no segundo andar de uma agência, o que restringia o acesso de indivíduos que possuíam dificuldades em se locomover; III -REsp 1.180.078, a 2ª Turma do STJ reconheceu a existência de dano moral coletivo que serviria como reparação pecuniária pelos danos reflexos e pela perda da qualidade ambiental. Ainda no campo jurisprudencial, merece destaque o entendimento da Ministra Nanci Andrighi que prescreve: “nosso ordenamento jurídico não exclui a possibilidade de que um grupo de pessoas venha a ter um interesse difuso ou coletivo de natureza não patrimonial lesado, nascendo aí a pretensão de ver tal dano reparado”. Colacionando julgado mais recente acolhendo a necessidade de reparação do dano moral coletivo, veja-se didático julgado do STJ:ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO INEXISTENTE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO DO CONSUMIDOR. TELEFONIA. VENDA CASADA. SERVIÇO E APARELHO. OCORRÊNCIA. DANO MORAL COLETIVO. CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. Trata-se de ação civil pública apresentada ao fundamento de que a empresa de telefonia estaria efetuando venda casada, consistente em impor a aquisição de aparelho telefônico aos consumidores que demonstrassem interesse em adquirir o serviço de telefonia. (...) A possibilidade de indenização por dano moral está prevista no art. 5º, inciso V, da Constituição Federal, não havendo restrição da violação à esfera individual. A evolução da sociedade e da legislação têm levado a doutrina e a jurisprudência a entender que, quando são atingidos valores e interesses fundamentais de um grupo, não há como negar a essa coletividade a defesa do seu patrimônio imaterial. 8. O dano moral coletivo é a lesão na esfera moral de uma comunidade, isto é, a violação de direito transindividual de ordem coletiva, valores de uma sociedade atingidos do ponto de vista jurídico, de forma a envolver não apenas a dor psíquica, mas qualquer abalo negativo à moral da coletividade, pois o dano é, na verdade, apenas a consequência da lesão à esfera extrapatrimonial de uma pessoa. 9. Há vários julgados desta Corte Superior de Justiça no sentido do cabimento da condenação por danos morais coletivos em sede de ação civil pública. Precedentes: EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1440847/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2014, DJe 15/10/2014, REsp 1269494/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 01/10/2013; REsp 1367923/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 06/09/2013; REsp 1197654/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 08/03/2012. 10. Esta Corte já se manifestou no sentido de que "não é qualquer atentado aos interesses dos consumidores que pode acarretar dano moral difuso, que dê ensanchas à responsabilidade civil. Ou seja, nem todo ato ilícito se revela como afronta aos valores de uma comunidade. Nessa medida, é preciso que o fato transgressor seja de razoável significância e desborde os limites da tolerabilidade. Ele deve ser grave o suficiente para produzir verdadeiros sofrimentos, intranquilidade social e alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva. (REsp 1.221.756/RJ, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJe 10.02.2012). (...). 12. Afastar, da espécie, o dano moral difuso, é fazer tabula rasa da proibição elencada no art. 39, I, do CDC e, por via reflexa, legitimar práticas comerciais que afrontem os mais basilares direitos do consumidor. 13. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1397870/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe 10/12/2014)Uma vez evidenciado o dano moral coletivo, resta agora quantificar o valor da condenação a título de compensação, tarefa esta tormentosa entre os operadores do direito, mas que a jurisprudência cuidou de tratar, estabelecendo critérios para tanto, quais sejam, a extensão do dano, as condições socioeconômicas e culturais dos envolvidos, o grau de culpa do agente, de terceiro ou da vítima. Evoluindo a jurisprudência sobre a metodologia para quantificar o dano moral, a partir dos já citados critérios, atualmente, vem-se aplicando o método bifásico de fixação do quantum indenizatório. Assim, na primeira fase, é fixado um valor básico de indenização de acordo com o interesse jurídico lesado e em conformidade com os precedentes jurisprudenciais. Na segunda fase, há a fixação definitiva da indenização de acordo com as circunstâncias particulares do caso concreto. Sendo assim, à guisa de jurisprudência aplicável ao presente caso, a partir do método bifásico retrocitado, entende-se que a reparação à coletividade deva se aproximar do valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) para cada posto de combustível infrator, nos moldes dos seguintes julgados: ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL FORA DOS PADRÕES IMPOSTOS PELA ANP. 1. O réu comercializou gasolina imprópria para o consumo, descumprindo suas obrigações legais quanto à observância dos limites de adição de álcool impostos pela ANP (adicionando 25%, quando o máximo permitido era de 22%) e violando disposições legais do Código de Defesa do Consumidor, sendo devido, portanto, o ressarcimento a todos os consumidores que sofreram prejuízos. 2. O valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixado a título de indenização por danos morais coletivos em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, mostra-se razoável, considerando-se o porte econômico do réu e o caráter pedagógico da condenação. 3. Apelação improvida.(TRF-2 , Relator: Juiz Federal Convocado LUIZ PAULO S. ARAUJO FILHO, Data de Julgamento: 18/08/2010, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA).”*

**DOS DANOS MORAIS E SOCIAIS COLETIVOS**

QUANTUM INDENIZATÓRIO

Excelência, diante das razões e provas expostas, cristalino está que o povo do nosso Estado vêm sendo gravemente lesado diante da constante prática comercial lesiva ao sistema econômico regional e, por isso, merece reparação pelos danos morais que estão sendo absorvidos de maneira coletiva.

Os agentes desse mercado de combustíveis, de forma publicamente alinhada, se utilizam de suas ferramentas, para atentar contra toda a economia local, ante a importância e essenciabilidade dos produtos que eles comercializam.

Sobre a condição de essenciabilidade dos combustíveis, assim enquadram as Leis Federais 7.783/89 (artigo 10, I e II) e Lei Federal 1.521/51 (art. 4, b).

Sendo assim, indispensável, até como forma de punição pedagógica, que se imponha punição financeira aos que insistem em atentar contras as regras consumeristas e conta a economia regional.

Neste sentido:

*AÇÃO CIVIL PÚBLICA ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEL AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C. C. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL A ALEGADA IGNORÂNCIA DO REVENDEDOR VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS ACERCA DE VÍCIOS DE QUALIDADE POR INADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS QUE COMERCIALIZA NÃO O EXIME DE RESPONSABILIDADE, RESSALVADA A POSSIBILIDADE DE, QUERENDO, VOLTAR-SE CONTRA A DISTRIBUIDORA QUE EVENTUALMENTE TENHA FORNECIDO GASOLINA ADULTERADA, PELA VIA ORDINÁRIA PRÓPRIA -APLICABILIDADE DO ART. 23 DO CDC APLICAÇÃO DE MULTA EM CASO DE INOBSERVÂNCIA DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DOS DANOS MORAIS COLETIVOS POSSIBILIDADE CARÁTER PEDAGÓGICO-PUNITIVO Fixação do valor da indenização correspondente a cem salários mínimos(R$678,00 x 100 = R$ 67.800,00), valor a ser corrigido a partir do presente momento, com juros de mora a partir da citação -Recurso parcialmente provido -(TJ-SP -APL: 90005364820078260506 SP 9000536-48.2007.8.26.0506, Relator: Manoel Justino Bezerra Filho, Data de Julgamento: 10/09/2013, 28ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 11/09/2013). Dessa forma, a condenação dos requeridos em danos morais coletivos servirá para, a um só tempo, compensar todos os transtornos experimentados pela coletividade, bem como para punir e evitar que tal conduta provoque lesão a outros consumidores, exigindo-se, dessa forma, dos postos de combustíveis conduta leal e de acordo com a ordem econômica. 2.3 DANO MORAL SOCIAL É cediço que a responsabilidade civil configura-se à medida que três elementos restam caracterizados, quais sejam a atuação lesiva ou culposa do agente, o dano patrimonial ou moral e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano. Nesse contexto, o dano possui papel principal, sabendo-se que seja em face da responsabilidade subjetiva ou da objetiva, a prova de sua existência é imprescindível para que ocorra o ressarcimento ou a indenização. Formou-se assim, o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca da existência de dano patrimonial, dano extrapatrimonial e dano estético, os quais são independentes, podendo ser cumulativamente concedidos a depender do caso concreto. No que tange as espécies de dano moral, têm-se que o individual é destinado à vítima, pessoa determinada que sofreu com a conduta praticada por outrem. O dano moral coletivo tem como aspecto a violação de um direito individual homogêneo ou coletivo em sentido estrito, consoante o art. 81, parágrafo único, II e III, do Código de Defesa do Consumidor, destinando-se a indenização às vítimas, que devem ser determinadas ou determináveis.*

Na mesma baila, é cabível quando há violação de um direito difuso, consoante o art. 81, parágrafo único, I do CDC, tendo a doutrina o conceituado da seguinte maneira: “**os danos sociais**, por sua vez, são lesões à sociedade, no seu nível de vida, tanto por rebaixamento de seu patrimônio moral –principalmente a respeito da segurança –quanto por diminuição na qualidade de vida” (AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social. In: O Código Civil e sua interdisciplinaridade, cit., p. 376).

Corroborando o reconhecimento dessa modalidade de dano, o Conselho da Justiça Federal elaborou o enunciado nº 456 da V Jornada de Direito Civil, com a seguinte ementa: “a expressão “dano” no art. 944 abrange não só os danos individuais, materiais ou imateriais, mas também os danos sociais, difusos, coletivos e individuais homogêneos, a serem reclamados pelos legitimados para propor ações coletivas. “Dada a peculiaridade da lesão decorrente desse tipo de dano, a indenização é destinada a um fundo de proteção, porquanto se trata de titulares indeterminados ou indetermináveis.

Assim, evitando qualquer confusão conceitual, é interessante perceber que, enquanto no dano social a vítima é a sociedade, o dano moral coletivo tem como vítimas titulares de direitos individuais homogêneos e/ou coletivos.

Feita tal distinção, entende-se que o surgimento do dano social, enquanto nova espécie de dano reparável, é de extrema compatibilidade com o ordenamento jurídico nacional, uma vez que se constatou necessidade de tutela jurídica para os casos em que a coletividade sofre um rebaixamento no seu nível de vida.

Nesse contexto, o dano social tem como principal fundamento o princípio da função social da responsabilidade civil, o qual aduz que o instituto da responsabilidade civil deve estar em harmonia com a cláusula geral da dignidade da pessoa humana, tendo em vista, ainda, o papel das indenizações no contexto social. Em suma, infere-se que a reparação pelo dano social dirige-se a condutas socialmente reprováveis, isto é, aquelas que ofendem a sociedade, no seu nível de vida, seja em razão do rebaixamento de seu patrimônio moral, seja em decorrência da diminuição na qualidade de vida, autorizando dessa forma o Poder Judiciário a fixar compensação financeira de acordo com o caso concreto, o que, na presente hipótese fática, é perfeitamente cabível ante a ofensa ao interesse difuso dos consumidores, que sofreram um abusivo reajuste nos preços dos combustíveis de que necessitam.

A referido verba compensatória deve ser destinada a um fundo de proteção consumerista, para a recomposição dos interesses lesados, de modo que é pertinente a postulação da condenação de cada posto de combustível infrator no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais)[[4]](#footnote-4).

Sobre a condenação das DISTRIBUIDORES RÉ, sugere-se o valor condenatório na base de R$1.000.000,00 (hum milhão de reais)[[5]](#footnote-5), ante o poderio econômico, a representatividade e capacidade de impacto na economia regional, quando agem apoiados no abuso do poder econômico, manipulação de mercado e descumprimento da função social impressa no CDC e esperada por toda sociedade.

**DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há dúvida de que os postos de combustíveis, na comercialização de seu produto, mantêm com a coletividade uma relação de consumo, atraindo dessa forma a aplicação do CDC, que atribui a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, quando a versão dos fatos for verossímil ou quando restar caracterizada a sua hipossuficiência, ex vido art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90, verbis:

*Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:(...)VIII -a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;*

A rigor, no Direito do Consumidor vigora a teoria dinâmica do ônus da prova, pela qual pode o juiz, verificando a hipossuficiência da parte ou a verossimilhança de suas alegações, inverter o encargo probandi (ope judici), em favor da parte que possui dificuldade para provar a sua alegação.

Sobre o assunto, colhe-se o magistério de Alexandre Freitas Câmara (Lições de direito processual civil. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p. 381): *Só se justifica esta distribuição dinâmica do ônus da prova, frise-se, quando a parte a quem normalmente incumbiria o ônus não tenha sequer condições mínimas de produzi-la. Deste modo, a aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova se revela como uma forma de equilibrar as forças na relação processual, o que nada mais é do que uma aplicação do princípio da isonom*i*a*.

No caso posto em exame, as alegações dos requerentes tanto são verossímeis, porquanto devidamente documentadas, quando demonstram a hipossuficiência da coletividade dos consumidores, entendida esta não apenas sob o enfoque econômico ou jurídico, mas também diante da dificuldade de a parte autora obter todos os elementos comprobatórios das causas que levaram os postos de combustível a praticar preços em descumprimento às diretrizes do governo, provocando manifesta onerosidade aos consumidores.

À guisa de jurisprudência a respeito da aplicabilidade da inversão do ônus da prova nas ações coletivas, vejam-se os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC.INOCORRÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ABUSIVIDADE NA COMERCIALIZAÇÃO DECOMBUSTÍVEIS.INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVAA FAVOR DO MINISTÉRIOPÚBLICO.POSSIBILIDADE.TUTELA DE DIREITOS E DE SEUS TITULARES, E NÃO PROPRIAMENTE DAS PARTES DA AÇÃO. 1. Trata-se, na origem, de ação civil pública movida pelo recorrido em face da recorrente em que se discute abusividade na comercialização de combustíveis. Houve, em primeiro grau, inversão do ônus da prova a favor do Ministério Público, considerando a natureza consumerista da demanda. Esta conclusão foi mantida no agravo de instrumento interposto no Tribunal de Justiça.2. Nas razões recursais, sustenta a recorrente ter havido violação aos arts. 535 do Código de Processo Civil (CPC), ao argumento de que o acórdão recorrido é omisso, e 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), pois o Ministério Público não é hipossuficiente a fim de que lhe se permita a inversão do ônus da prova. Quanto a este último ponto, aduz, ainda, haver dissídio jurisprudencial a ser sanado.3. Em primeiro lugar, é de se destacar que os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Constituição da República vigente. Isto não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.Precedentes.4. Em segundo lugar, pacífico nesta Corte Superior o entendimento segundo o qual o Ministério Público, no âmbito de ação consumerista, faz jus à inversão do ônus da prova, a considerar que o mecanismo previsto no art. 6º, inc. VIII, do CDC busca concretizar a melhor tutela processual possível dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos e de seus titulares -na espécie, os consumidores -, independentemente daqueles que figurem como autores ou réus na ação. Precedentes.5. Recurso especial não provido.(STJ , Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 02/08/2011, T2 -SEGUNDA TURMA)AGRAVO REGIMENTAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL COLETIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO.CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PERSUASÃO RACIONAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. Não há óbice a que seja invertido o ônus da prova em ação coletiva -providência que, em realidade, beneficia a coletividade consumidora -, cabendo ao magistrado a prudente análise acerca da verossimilhança das alegações do ente substituto. Precedentes.2. No sistema de persuasão racional adotado pelo Código de Processo Civil nos arts. 130 e 131, em regra, não cabe compelir o magistrado a autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios estiver convencido da verdade dos fatos, tendo em vista que o juiz é o destinatário final da prova, a quem cabe a análise da conveniência e necessidade de sua produção. Com efeito, entendendo o Tribunal recorrido que ao deslinde da controvérsia seriam desnecessárias as provas cuja produção o recorrente buscava, tal conclusão não se desfaz sem o revolvimento de provas, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.3. Agravo regimental não provido.(STJ -AgRg no Ag: 1406633 RS 2011/0101743-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4 -QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/02/2014)*

**DA TUTELA ANTECIPADA**

A rigor, consoante o ordenamento jurídico, a intervenção jurisdicional somente tem condão de declarar, constituir ou condenar a algo ao final do trâmite processual, mediante sentença, a qual põe termo ao conflito de interesse levado ao magistrado.

No entanto, há situações em que a dilação das fases processuais e a consequente demora no estabelecimento da convicção do magistrado pode periclitar a própria fruição dos interesses em conflito postos a sua apreciação.

Diante disso, visando assegurar o resultado prático decorrente do deferimento da tutela pretendida, confere-se ao demandante a faculdade de requerer a antecipação de seus efeitos, observados os pressupostos estatuídos no art. 273 do Código de Processo Civil. Para tanto, deve-se avaliar a existência de prova inequívoca que leve à verossimilhança das alegações, conjugando-se tal pressuposto com ao menos um dos requisitos alternativos elencados no citado artigo, quais sejam, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e abuso do direito de defesa.

No caso vertente, os documentos colacionados aos autos, com destaque para a pesquisa realizada junto à ANP e a fiscalização do PROCON/AM, comprovam que existe plausibilidade do direito alegado, uma vez que demonstra a prática abusiva por parte dos postos de combustíveis que insistem em não repassar aos consumidores as reduções de preços anunciadas pela PETROBRAS sobre os combustíveis, mantendo, sem justo motivo, os preços em patamares elevadíssimos, apenas com o intuito de majorar, ainda mais, seus lucros.

Noutro giro, o fundado receio de dano irreparável é evidente e incalculável, pois a sociedade do nosso Estado vem sendo lesada, diuturnamente, na medida em que é compelida a pagar, pelos combustíveis, valores bem acima do reajuste autorizado pela diretoria da PETROBRAS, assim como também em relação a outros municípios do Amazonas, o que reflete, sem sombra de dúvidas, na comercialização de outros produtos e serviços (exemplos: frete de mercadorias e transporte público), e por conseguinte, no fenômeno inflacionário, o qual, corroendo o poder de compra dos consumidores, é impulsionado por outros reajustes que já ocorreram e ainda estão por vir, a exemplo da projeção de aumento de mais de 40% da tarifa de energia elétrica para este ano.

Comprovados, pois, os requisitos para a concessão da tutela antecipada, consubstanciados, respectivamente, na plausibilidade das alegações autorais e na probabilidade de ocorrência de prejuízos aos consumidores, razoável se afigura a postulação de ordem judicial determinando as seguintes providências, ***inaudita altera pars***, para:

**I - Determinar aos estabelecimentos, que aplicaram reajuste indevido nos preços dos combustíveis, que:**

1. **procedam à adequação de seus preços tomando-se como base os patamares e repasses dos respectivos repasses das diminuições anunciadas pela PETROBRAS, na base média de cerca de 14%;**

**II – A imposição de multa diária no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), aplicável a cada estabelecimento, em caso de descumprimento das determinações contidas no item anterior, cujo valor deverá ser revertido ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos dos Consumidores (Lei 8.044/2003), sem prejuízo de outras sanções cabíveis para assegurar o resultado prático da tutela pretendidas, tais como a suspensão de fornecimento de produtos ou serviços e suspensão temporária de atividade(art. 56, VI e VII, CDC);**

Ressalte-se, por oportuno, o conteúdo jurídico do princípio da proporcionalidade durante a análise do pedido de tutela antecipada, sendo que, no presente caso, a manutenção do *status quo* implica consequência mais gravosa à coletividade dos consumidores do que a decorrente da concessão da medida pleiteada em desfavor dos postos de combustíveis, pois estes nada perdem com o realinhamento dos preços dos combustíveis aos patamares correspondentes às diminuições anunciadas pela PETROBRAS, sobretudo no quesito gasolina.

Trata-se, neste particular, do caráter reversível da tutela requerida, bem como da aplicação do princípio da proporcionalidade no caso concreto, como, brilhantemente, abordado na obra de Marcus Vinicius Rios Gonçalves (Novo curso de direito processual civil, vol. 1. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008):

“*Quanto o juiz concede a medida, ele o faz em caráter provisório, ciente de que a decisão poderá ser alterada ao final. Por isso, ao fazê-lo, deve medir as consequências negativas que resultarão do deferimento da antecipação, e as que decorrerão do indeferimento. Ou seja, deve sopesar as consequências que advirão de uma coisa ou outra. Se verificar que as consequências da concessão serão muito mais gravosas que as decorrentes do indeferimento, o juiz negará a medida. Do contrário, ele a concederá.*”

Por fim, caso Vossa Excelência entenda que a hipótese é de concessão de medida cautelar, postula-se seja aplicada a fungibilidade das tutelas de urgências nos termos impressos no novo código processualista, e no poder geral de cautela, cuja finalidade está em consonância com os princípios da economia e da instrumentalidade do processo, sendo perfeitamente possível o deferimento de provimento cautelar no bojo de um processo de conhecimento, sem que seja necessária a instauração de um processo autônomo para a obtenção de provimento cautelar.

**DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer-se:

I –a confirmação da tutela antecipada, em todos os seus termos, sem ouvir as requeridas, de forma a fazer com que as distribuidoras e postos de combustíveis adequem seus preços de acordo com as reduções anunciadas pela PETROBRAS S/A (no percentual apontado de 14,56%), como forma de que os referidos valores guerreados seja imediatamente repassados aos consumidores finais, em até 24 horas, com base no valor que estava sendo praticado antes dos reajustes do mês de junho, que chegaram ao total de cerca de 15%;

II -a citação dos requeridos, nas pessoas dos seus representantes legais, a fim de que, querendo, ofereçam contestação no prazo legal, sob pena de sujeição aos efeitos da revelia;

III –ao final, sejam julgados totalmente procedentes os pedidos desta ação para:

a)determinar aos estabelecimentos, que repassem aos consumidores deste Estado, os percentuais de desconto no preço dos combustíveis, sobretudo no que diz respeito à gasolina e ao diesel, conforme anúncios realizados pela PETROBRAS;

b) a imposição de multa diária no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), aplicável a cada estabelecimento, em caso de descumprimento das determinações contidas na urgência pretendida, bem como decorrente do item a, cujo valor deverá ser revertido ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos dos Consumidores (Lei 8.044/2003), sem prejuízo de outras sanções cabíveis para assegurar o resultado prático da tutela pretendidas, tais como a suspensão de fornecimento de produtos ou serviços e suspensão temporária de atividade (art. 56, VI e VII, CDC);

c)condenar cada estabelecimento infrator promovido a pagar, a título de reparação por danos morais e sociais coletivos, a quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para os postos, e R$1.000.000,00 (hum milhão de reais), para cada distribuidora, cujos valores deverão ser revertidos ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos dos Consumidores (Lei 8.044/2003);

d)condenar, genericamente, os requeridos ao pagamento de indenização aos consumidores que, comprovadamente, suportaram danos individuais patrimoniais, em ulterior fase de liquidação;

IV - a inversão do ônus da prova em favor dos autores, nos termos do artigo 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90;

V -a publicação do edital ao qual se refere o art. 94 do CDC;

VI– a condenação dos requeridos em custas processuais e honorários sucumbenciais no percentual máximo previsto em lei, em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos termos da Lei Estadual correspondente.

Protesta-se pela produção de todas as provas admitidas em direitos, com destaque para a prova documental, documental suplementar, testemunhal, depoimento pessoal e pericial, se necessária.

DEMAIS REQUERIMENTOS

Requerem a citação das Rés para se manifestarem quanto à esta exordial.

Requerem a intimação pessoal dos atos do processo, bem como a contagem especial dos prazos processuais.

Requerem a dispensa do pagamento de custas e despesas judiciais, conforme o estabelecido no art. 18 da Lei nº 7.347/1985.

Requerem, em respeito à norma insculpida no art. 94 do Código de Defesa do Consumidor, que seja determinada publicação de edital na Imprensa Oficial, assim como em jornal de grande circulação, sem prejuízo da ampla divulgação pelos veículos de comunicação social.

Dá-se a causa o valor de R$23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais).

Nestes Termos, Pede Deferimento.

*Marco Aurélio de Lima Choy*

*Advogado – OAB/AM 4.271*

*Presidente da OAB/AM*

*Giordano Cezar Salgado Boaventura*

*Advogado – OAB/AM 11.685*

*Vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/AM*

*Álvaro João Campelo da Mata*

*Advogado – OAB/AM 10.555*

*Membro da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/AM*

*Marco Antonio Nobre Salum*

*Advogado – OAB/AM 8.416*

*Membro da Comissão de Nacional de Defesa do Consumidor da OAB*

1. https://extra.globo.com/noticias/economia/petrobras-muda-politica-de-precos-da-gasolina-do-diesel-23735617.html [↑](#footnote-ref-1)
2. Datas das reduções anunciadas pela PETROBRAS: 25/05/2019 – 4,4%; 01/06/2019 – 7,16%; 10/06/2019 – 3%. [↑](#footnote-ref-2)
3. Os aumentos somaram exatos 15,03% desde junho de 2018, até os dias atuais, praticamente de forma simultânea. [↑](#footnote-ref-3)
4. TOTAL: R$19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil reais). [↑](#footnote-ref-4)
5. TOTAL: R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) [↑](#footnote-ref-5)